

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.898 - SP (2019/0329101-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **ROBERTO TOCHIKAZU SAKAMOTO**
ADVOGADOS : **DANILO TOCHIKAZU MENOSSI SAKAMOTO - SP262033**
WILLIAN LIMA GUEDES - SP294664
CELIO PAULINO PORTO - SP313763
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161**
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP315972

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO - Inobservância da formalidade prevista no artigo 526 do Código de Processo Civil de 1973 - Irrelevância - Comunicação que somente beneficia a recorrente, por possibilitar o Juízo de retratação - Recurso improvido.

Reapreciando a questão relacionada ao cumprimento da providência prevista no *caput* do artigo 526 do Código de Processo Civil de 1973, tema julgado pelo Superior Tribunal de Justiça sob o regime de recurso repetitivo (CPC de 2015, artigo 1.030, inciso II), o Colegiado originário proferiu acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO - Existência do V. Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial, representativo de controvérsia 1.008.667/PR - Necessidade da manifestação expressa da presente Câmara, acerca da aplicação do parágrafo único, do artigo 526 do Código de Processo Civil de 1973 - O agravado não comprovou tempestivamente a ausência de comunicação da interposição do agravo de instrumento perante o Juízo a quo - Posicionamento emanado pelo Acórdão de fls. 493/495 mantido Recurso improvido.

A parte recorrente alega violação do artigo 526 do CPC de 1973 e

divergência jurisprudencial. Sustenta que a Corte de origem não poderia ter conhecido do agravo de instrumento, haja vista que não cumprida a providência prescrita no *caput* do artigo 526 do CPC de 1973.

Inicialmente, anoto que é inadmissível o agravo de instrumento, na hipótese em que a parte agravante deixa de juntar aos autos do processo originário, em até 3 dias, cópias do comprovante de interposição e da petição, desde que a parte agravada suscite e comprove tal falha, tempestivamente, isto é, no prazo de apresentação das contrarrazões. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 526 E § ÚNICO DO CPC. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO AGRAVADO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO, AINDA QUE NÃO CITADO O AGRAVADO.

1. "O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso." (CPC, art. 526, caput) Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)
2. Destarte, o descumprimento das providências enumeradas no caput do art. 526 do CPC, adotáveis no prazo de três dias, somente enseja as consequências dispostas em seu parágrafo único se o agravado suscitar a questão formal no momento processual oportuno, sob pena de preclusão.
3. Doutrina clássica sobre o tema leciona que: "No parágrafo, introduzido pela Lei nº 10.352, optou-se por solução de compromisso. A omissão do agravante nem é de todo irrelevante quanto ao não conhecimento do recurso, nem acarreta, por si só, esse desenlace. Criou-se para o agravado o ônus de arguir e provar o descumprimento do disposto no art. 526. Conquanto não o diga o texto expressis verbis, deve entender-se que a arguição há de vir na resposta do agravado, pois essa é a única oportunidade que a lei lhe abre para manifestar-se. A prova será feita, ao menos no comum dos casos, por certidão do

cartório ou da secretaria, que ateste haver o prazo decorrido *in albis*. Na falta de arguição e prova por parte do agravado, o tribunal não poderá negar-se a conhecer do agravo - salvo, é claro, com fundamento diverso -, ainda que lhe chegue por outro meio a informação de que o agravante se omitiu. A disposição expressa do parágrafo afasta a incidência do princípio geral segundo o qual o órgão ad quem controla ex officio a admissibilidade do recurso." (José Carlos Barbosa Moreira, "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. 5, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2005, págs. 511/512).

4. Consectariamente, para que o Relator adote as providências do parágrafo único do art. 526 do CPC, qual seja, não conhecer do recurso, resta imprescindível que o agravado manifeste-se acerca do descumprimento do comando disposto em seu caput, porquanto a matéria não é cognoscível de ofício. (Precedentes: REsp 1091167/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/03/2009, DJe 20/04/2009; REsp 834.089/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 11/03/2009; AgRg no REsp 884.304/DF, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 28/08/2008, DJe 29/09/2008; REsp 1005645/ES, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/06/2008, DJe 18/08/2008; REsp 805.553/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 05/11/2007; REsp 328018/RJ Relator Ministro FRANCIULLI NETTO DJ 29.11.2004).

5. "(...) faz-se indispensável que o descumprimento da norma seja arguido e provado pelo agravado, não se admitindo o conhecimento da matéria de ofício, mesmo não tendo os agravados procurador constituído nos autos." (REsp 577655/RJ Relator Ministro CASTRO FILHO DJ 22.11.2004).

6. In casu, revela-se a necessidade de reforma do acórdão recorrido, porquanto, na ausência de citação do agravado, de molde a arguir e comprovar o descumprimento das providências exigidas no caput do art. 526 do CPC, em consonância com o seu § único, é vedado ao Juízo, ex officio, negar-se a conhecer do agravo.

7. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para apreciação do agravo de instrumento interposto com espeque no artigo 522, do CPC. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp n. 1.008.667/PR, Relator Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Agravo de instrumento interposto perante o Tribunal estadual. Comunicação obrigatória ao juízo singular. O descumprimento da medida determina a aplicação da penalidade constante do art. 526 do CPC.

2. A ausência de juntada aos autos principais da petição de agravo de instrumento nos três dias subsequentes à interposição, no regime posterior à edição da Lei 10.352/2001, alegada e comprovada pela parte agravada, culmina no não conhecimento do agravo de instrumento. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 82.416/SC, Relator. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/8/2012, DJe 27/8/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 526 DO CPC. INDISPENSÁVEL ALEGAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO PELO AGRAVADO EM SUA CONTRAMINUTA SOB PENA DE PRECLUSÃO. MATÉRIA SUBMETIDA A JULGAMENTO PELO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. O descumprimento do disposto no art. 526 do Código de Processo Civil deve ser alegado e provado quando da apresentação da contraminuta ao agravo sob pena de preclusão.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.191.082/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/8/2013, DJe 5/9/2013)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REQUISITOS DO ART. 526 DO CPC/1973. NÃO CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA REGRA. PRESCINDIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "A comprovação pelo agravado da ausência de juntada aos autos

principais da petição de agravo de instrumento nos três dias subsequentes à interposição, nos termos do parágrafo único do art. 526 do CPC, com a redação conferida pela Lei nº 10.352/2001, é causa de inadmissão do recurso independentemente de prejuízo para a parte agravada" (AgRg no Ag 1.322.035/MT, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 9/8/2012).

(...)

(AgInt no REsp 1432920/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 07/03/2017)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ART. 526, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. COMPROVANTE DE INTERPOSIÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Com a edição da Lei n.º 10.352/2001, introduzindo o parágrafo único ao art. 526 do Código de Processo Civil, as diligências estabelecidas no 'caput' do aludido artigo passaram a ser obrigatórias, importando o seu descumprimento, desde que alegado e provado pela parte agravada, no não conhecimento do agravo de instrumento. Precedentes.

2. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no AREsp 708.636/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 17/11/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. APLICABILIDADE. ARTIGO 526 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. VIOLAÇÃO. JUNTADA DA PETIÇÃO DE AGRAVO. PRAZO. NÃO CUMPRIMENTO. INADMISSÃO. CAUSA CONFIGURADA.

(...)

2. Com a edição da Lei nº 10.652/2001, que introduziu o parágrafo único ao artigo 526 do Código de Processo Civil de 1973, o não cumprimento das diligências estabelecidas em seu caput importa inadmissibilidade do agravo de instrumento, desde que alegado e provado pela parte agravada, independentemente da comprovação de

prejuízo.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 941.703/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 24/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO DECISUM AGRAVADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182/STJ. INOBSERVÂNCIA DAS PROVIDÊNCIAS DISPOSTAS NO ART. 526, CAPUT, CPC. INADMISSIBILIDADE DO AGRAVO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O descumprimento das providências previstas no art. 526, caput, do CPC importa inadmissibilidade do agravo, "desde que argüido e provado pelo agravado", nos termos de seu parágrafo único, acrescido pela Lei n. 10.352/2001.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 89.237/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 28/09/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 526 DO CPC, SOB A ÉGIDE DA LEI 10.352/2001. PRAZO PARA JUNTADA DA PETIÇÃO DE AGRAVO. NÃO CUMPRIMENTO. CAUSA DE INADMISSÃO CONFIGURADA. PUBLICAÇÃO EM RECESSO FORENSE. PRAZO. CONTAGEM. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do parágrafo único do art. 526 do CPC, a ausência de juntada aos autos principais da petição de agravo de instrumento nos três dias subsequentes à interposição, no regime posterior à edição da Lei 10.352/2001, alegada e comprovada pelo agravado, é causa de inadmissão do recurso.

2. A partir de então, deixou de ter relevância a comprovação da ausência de prejuízo para a parte agravada.

(...)

(AgRg no AREsp 23.139/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL

Superior Tribunal de Justiça

GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 01/02/2012)

No caso, o Tribunal estadual registrou, ao se pronunciar sobre a possibilidade de ter sido contrariado o entendimento assentado pelo STJ em caso repetitivo, que a parte agravada não arguiu tempestivamente a ocorrência da falha (descumprimento da providência de que trata o *caput* do artigo 526 do CPC de 1973). Observe-se:

CONFORME SE DEPREENDE DOS AUTOS, A COMUNICAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 526 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 NÃO FOI FEITA DENTRO DO PRAZO DAS CONTRARRAZÕES, OCORRENDO 2 (DOIS) MESES APÓS O JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, RAZÃO PELA QUAL ERA DE TODO CABÍVEL O CONHECIMENTO DO ALUDIDO RECURSO.

Assim, ao conhecer do agravo de instrumento, o acórdão recorrido não contrariou a jurisprudência do STJ.

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora